

Nada pagar...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação de 1ª página)

da última visita da ministra da Economia a Washington, no final do mês passado, foi feita uma proposta ao presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, para reduzir os desembolsos a credores oficiais para cerca de US\$ 500 milhões anuais.

Kandir adiantou, porém, que o conceito de capacidade de pagamento está ligado ao desempenho da economia e que, portanto, havendo uma trajetória de crescimento do Produto Interno Bruto, a cifra poderá ser crescente ano a ano.

"As propostas de refinanciamento da dívida serão diferentes, dependendo da natureza da dívida externa", disse o secretário de Política Econômica. Isso significa que "vamos oferecer papéis atrativos" levando em conta se a dívida é do governo federal, dos governos estaduais e municipais com aval da União, sem aval e se a dívida foi contratada pelo setor privado.

A equipe negociadora brasileira considera "irrelevante" a listagem do cardápio de opções que será ofertado aos bancos priva-

dos. "Pode ser redução do principal, redução dos juros, com 'exit bonds' ou 'zero coupon bond'", expressou uma fonte que faz parte da missão. O importante é reduzir as remessas de recursos para o exterior, sublinhou a mesma fonte.

Nos três dias de reunião com o "advisory committee" — ampliado de 16 para 22 bancos credores — de hoje a sexta-feira, não haveria anúncios de pagamentos, formação do provisionamento nem expectativa de conclusão de qualquer acordo. Espera-se que desse primeiro encontro saia uma data para uma nova rodada de conversações. Enquanto Dauster e Kandir — além de outros assessores que compõem a missão — estiverem apresentando a proposta de negociação idealizada pelo governo brasileiro, a ministra da Economia estará anunciando a proposta em Brasília e está montado, também, um esquema de informação para o Senado Federal — que terá a função de aprovar o acordo realizado — e para os embaixadores dos sete países industrializados (representados no Grupo dos Sete — Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Japão, Canadá e Alemanha).

por Claudia Safatle
de Brasília

Começa hoje, em Nova York, a primeira reunião de negociação da dívida externa brasileira. A proposta, levada pela missão que embarcou ontem à noite, tem algumas premissas básicas que são:

- Neste ano o País não tem condições de pagar os juros, sob moratória, mas para o próximo ano deverá haver uma sobra fiscal, da ordem de US\$ 2 bilhões, para honrar uma parte dos compromissos com o serviço da dívida.

- Como o cerne da negociação é a capacidade de pagamento do País — medida pela disponibilidade de recursos fiscais —, o governo brasileiro considerará o estoque da dívida junto aos bancos comerciais, na faixa de US\$ 66 bilhões, pelo seu valor de face, ficando o deságio embutido no menu de opções que será

comercial



Antonio Kandir

oferecido para reduzir o principal ou os juros da dívida.

- Para cada tipo de credor será apresentada uma proposta diferente de redução de dívida.

O embaixador extraordinário para negociação da dívida, Jório Dauster, e o

secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, embarcaram ontem à noite para Nova York, já com data marcada para retornar ao País. Hoje eles farão uma ampla explanação sobre a economia brasileira seguida da introdução da proposta de refinanciamento da dívida externa — cujo prazo de reescalonamento ultrapassará a virada do século. Amanhã, quinta-feira, a proposta de renegociação da dívida será apresentada em seus detalhes e com aprofundada explicação sobre a capacidade de pagamento do País. Simultaneamente, em Brasília, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciará, em entrevista à imprensa, os termos da proposta. Na sexta-feira, último dia de permanência da missão brasileira, ambos estarão disponíveis para responder questões levantadas por parte do comitê de bancos.

À noite retornam a Brasília.

"Vamos propor uma coisa muito séria e muito correta, adequada aos nossos interesses", disse Antônio Kandir a este jornal, pouco antes de embarcar para Nova York. Ele explicou que, para a proposta brasileira, o importante não é o valor da dívida no mercado secundário e sim a limitação das remessas de juros e principal à capacidade de pagamentos que o País tem — conceito construído com base na disponibilidade de cruzeros não inflacionários, portanto, fiscais, que o Tesouro Nacional tem para comprar dólares e remetê-los aos credores.

Para este ano, não existe essa sobra fiscal para pagar os juros e a intenção da equipe negociadora brasileira, até ontem à noite, era não promover pagamentos dos atrasados — na casa dos US\$ 8 bilhões — no curso da negociação nem anunciar, nestes dias, o provisionamento de dólares para pagamentos posteriores.

A capacidade de pagamento estimada para o ano que vem, na casa dos US\$ 2,4 bilhões, segundo outras fontes oficiais, já teria encolhido para uma cifra ligeiramente inferior, principalmente pelos efeitos da crise do golfo Pérsico sobre a economia brasileira. Como se trata de um acordo externo que pressupõe limitações de pagamento também aos credores oficiais do Clube de Paris, isso significaria que os recursos para pagamentos aos credores privados devem ser inferiores a US\$ 2 bilhões. Por ocasião